

resultados

4T19



isa

CTEEP



São Paulo, 04 de março de 2020 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do quarto trimestre de 2019 (4T19) e do ano de 2019. Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Receita Líquida	729,5	689,7	5,8%	2.774,6	2.767,3	0,3%
EBITDA Ajustado ¹	670,9	570,6	17,6%	2.450,9	2.455,2	(0,2%)
Margem EBITDA Ajustado ²	83,3%	74,7%	8,6 p.p.	80,2%	80,7%	(0,6) p.p.
Lucro Líquido ³	345,4	447,3	(22,8%)	1.221,8	1.276,3	(4,3%)
Margem Líquida	47,3%	64,9%	(17,5) p.p.	44,0%	46,1%	(2,1) p.p.
ROE (acumulado de 12 meses)	18,2%	19,6%	-1,4 p.p.	18,2%	19,6%	-1,4 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia

² Considera receita líquida ajustada pela receita proporcional à participação nas Coligadas

³ Ajustado pela participação do acionista não controlador

Contatos - Relações com Investidores

Alessandro Gregori Filho
Michelle Lourenço Corda
Luciana Silvestre Fonseca
Gabriela Rigo Bussotti
Marcelly Cunha Alves

Telefone:
+55 11 3138-7407
E-mail:
ri@isactEEP.com.br



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
2.	Desempenho Operacional	9
3.	Desempenho Financeiro	9
3.1	Receita Operacional	9
3.2	Custos e Despesas de O&M	10
3.3	Equivalência Patrimonial	10
3.4	EBITDA e Margem	11
3.5	Resultado Financeiro	12
3.6	Lucro Líquido	13
3.7	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	13
4.	Endividamento	14
5.	Investimentos	16
6.	Proventos	16
7.	Mercado de Capitais	16
8.	Eventos do Período	17
9.	Próximos Eventos	18
10.	Outras Informações Relevantes	18
10.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	18
10.2	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	20
11.	Anexos	22

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



A ISA CTEEP

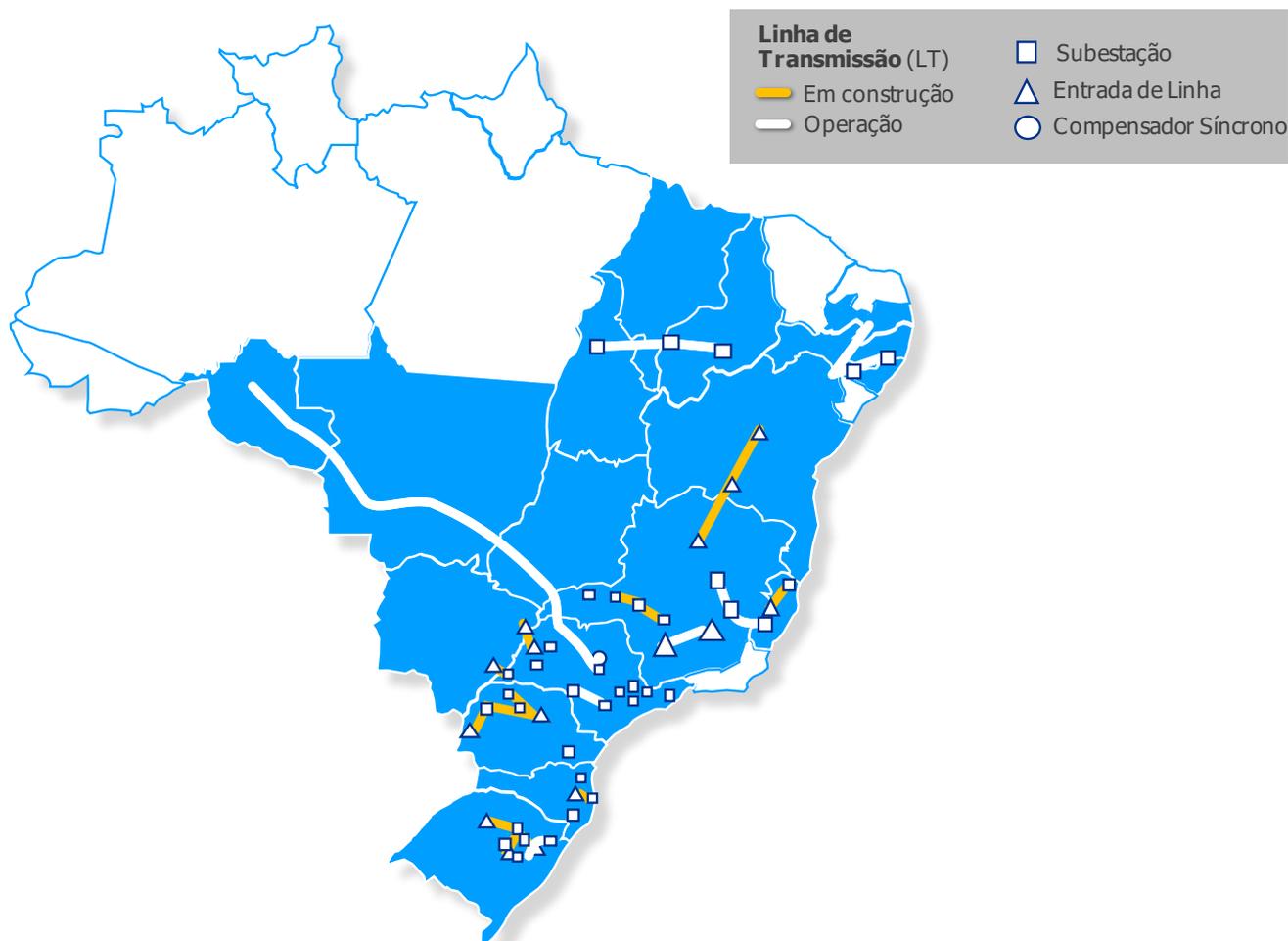
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 33% de toda a energia elétrica do Brasil e 94% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 31 de dezembro de 2019, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 65,9 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos quatro anos a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.





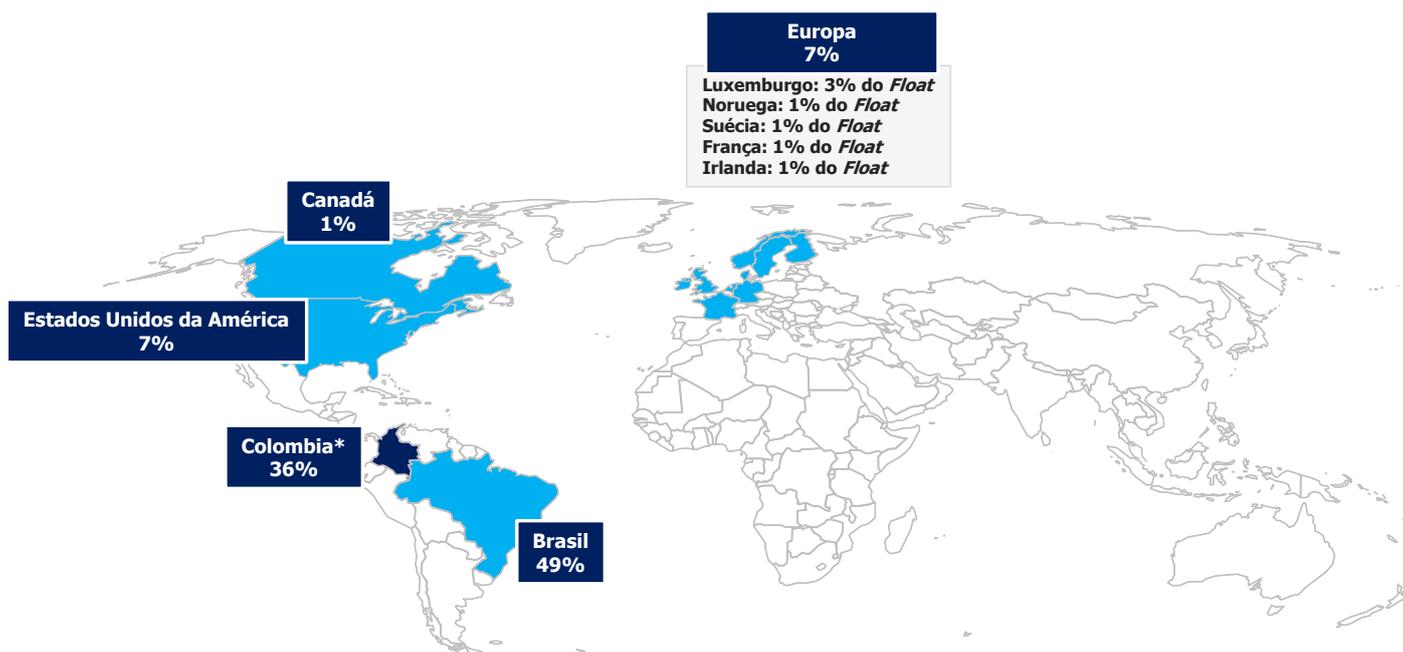
Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administradores	0	0,00%	4.000	0,00%	4.000	0,00%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.797.044	98,72%	422.877.944	64,18%
Eletrobras	25.158.644	9,75%	212.362.220	52,97%	237.520.864	36,05%
Outros	1.922.256	0,75%	183.434.824	45,75%	185.357.080	28,13%
Total	257.937.732	100%	400.945.572	100%	658.883.304	100%

Data base: 31/12/2019

Distribuição do Capital Total em 31/12/2019



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, em 31 de dezembro de 2019, 54% da base acionária era composta por investidores estrangeiros (29% América do Norte, 22% Europa, 2% Ásia e 1% Oceania) e 46% por investidores brasileiros.



Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2019/2020 ¹ (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ²	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.579	2.579	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	511	260	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivai	Em construção	Paraná	294	147	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	118	59	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	91	46	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	79	40	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	59	59	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	58	58	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	57	57	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	52	52	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Em construção	São Paulo	51	51	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE	Operacional	Tocantins	46	46	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	40	40	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Minuano	Em construção	Rio Grande do Sul	38	38	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Triângulo Mineiro	Em construção	Minas Gerais	33	33	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE MG	Operacional	Minas Gerais	19	19	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	18	18	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Bauru	Operacional	São Paulo	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Lorena	Em construção	São Paulo	11	11	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Evrecy	Operacional	Espírito Santo	10	10	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Três Lagoas	Em construção	Mato Grosso do Sul / SP	5	5	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			4.203	3.662			

¹ RAP ciclo 2019/2020 com PA, líquida de PIS e COFINS

² Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando o retorno mínimo exigido.

Nos últimos quatro anos, a Companhia arrematou treze lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam investimento ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 5 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2019/2020) de cerca de R\$ 567 milhões, após a entrada em operação dos ativos.

Três destes treze lotes foram arrematados no Leilão 02/2019 da ANEEL em dezembro de 2019 e representam uma adição de 379 km de linhas e 4.291 MVA de potência com investimento ANEEL de R\$ 1,3 bilhão e RAP de R\$ 76 milhões.

No 3T19, a Companhia energizou seu primeiro projeto dos treze lotes: IE Itapura (Bauru), com 18 meses de antecedência em relação ao prazo de implementação da ANEEL.

A evolução dos projetos está em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução de CapEx e antecipação da entrada em operação vs. premissa ANEEL. Até 31 de dezembro de 2019, foram investidos cerca de R\$ 890 milhões nos 10 projetos arrematados nos leilões de 2016 a 2018.

Outra importante avenida de crescimento é o investimento em projetos de reforços e melhorias. Nos últimos 5 anos, a Companhia investiu uma média de R\$ 180 milhões/ano com RAP média associada de R\$ 50 milhões/ano. É importante ressaltar que estes valores representam uma média, e os investimentos não são lineares, pois dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL. Em 2019, a Companhia investiu R\$ 133 milhões nesses projetos e já obteve autorizações para investimentos de R\$ 500 milhões a realizar nos próximos anos.



Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção	Entrada em Operação Comercial
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	59	fev/17	fev/22	jan/19 ²	✓	2T19	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	40	fev/17	fev/22	jan/19 ²	✓	2T19	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	52	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18	-
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	147	ago/17	ago/22	fev/21 ³	✓	4T19	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	20	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18	-
	IE Itaquere (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	51	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18	-
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	59	ago/17	ago/21	dez/18	✓	3T19	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	12	ago/17	fev/21	ago/19	✓	2T18	ago/19
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	11	set/18	set/22	jan/20	✓	3T19	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	40	set/18	set/23	set/21	2T20	-	-
Leilão 02/2019 19/12/2019	Minuano (Lote 1)	100%	Rio Grande do Sul	682	66,9%	38	mar/20	dez/24	jan/20	3T21	-	-
	Três Lagoas (Lote 6)	100%	Mato Grosso do Sul São Paulo	99	68,1%	5	mar/20	jun/23	jan/20	1T21	-	-
	Triângulo Mineiro (Lote 7)	100%	Minas Gerais	554	65,4%	33	mar/20	dez/24	mar/23	3T21	-	-
Total				5.165		567						

¹ Conforme contrato de concessão
² Condicionado ao Lote 02 (Alupar)
³ Para recebimento da totalidade da RAP

IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação de 338 km de linhas de transmissão. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19.

IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 208 km de linhas de transmissão. Em abril de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19.

IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação de 79 km de linhas de transmissão, que interligará a subestação 345 kV Viana 2 à subestação João Neiva 2, a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2 e a ampliação da subestação de 345 kV Viana 2. A subsidiária iniciou as obras de construção da subestação Viana 2 no 3T18. As licenças de instalação para a linha de transmissão e a subestação João Neiva 2 foram expedidas em agosto de 2019, liberando o início das obras da subestação João Neiva 2 e da linha de transmissão, no 3T19.

IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é formado pela implementação de 3 subestações com potência total de 2.988 MVA, além de 599 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo. Em outubro de 2019, as obras foram iniciadas.

IE Tibagi

O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação de uma linha de transmissão de 18 km e uma subestação 230/138 kV. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e iniciou suas obras no 3T18.



IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVar na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18.

IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de subestações de 1.400 MVA de potência e 111 km de linhas de transmissão. Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI's expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e iniciou suas obras no 3T19.

IE Itapura

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18 e concluídas no 3T19, quando o empreendimento obteve o Termo de Liberação Definitiva ("TLD") do ONS referente ao início da sua operação comercial plena em 27 de agosto de 2019.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de transmissão 02/2018, formado pela implantação de uma subestação 500-230 kV com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo, e linha de transmissão de 6 km em circuito duplo. Em agosto de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pela CETESB referente à subestação do empreendimento, dando início imediato às obras.

IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação de uma subestação de 300 MVA de potência, a ampliação de uma subestação, e a construção de uma linha de transmissão de 57 km, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos.

Minuano

O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Sul e é formado pela implementação de uma subestação com 2.700 MVA de potência, além da construção de 169 km em linhas de transmissão, dos quais 44 km são em Circuito Duplo. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.

Três Lagoas

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e é formado pela implementação de 37 km de linhas de transmissão, além da ampliação de duas subestações. A expectativa de obtenção da LI é no 1T21.

Triângulo Mineiro

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 4 subestações com potência total de 1.600 MVA, além de cerca de 172 km de linhas de transmissão. A expectativa de obtenção da LI é no 3T21.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Somos uma das principais referências no setor em termos de desempenho. Realizamos uma gestão constante e minuciosa de nossos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. Em 2019 o IENS da ISA CTEEP totalizou 0,001% vs. 0,002% do SIN.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). No 4T19, a PV aplicada foi de 1,45% da RAP consolidada. Em 2019 o indicador foi de 1,70%.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

No 4T19, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 852,5 milhões (aumento +5,5% vs. 4T18), justificado principalmente pela variação positiva do IPCA que impactou a receita de O&M e da RBSE e pela receita proveniente da energização de novos projetos de reforços e melhorias na linha de novos investimentos.

Em 2019, a receita apresentou crescimento de 1,4%, explicada pelo aumento de reforços e melhorias, pela variação positiva do IPCA na receita de O&M e pelo aumento dos encargos regulatórios de CDE; parcialmente compensados pela menor receita com RBSE em função da sazonalidade do pagamento ocorrido no primeiro ciclo de recebimento (2017/2018) e pela linearização do componente econômico a partir do ciclo 2018/2019, além da maior devolução de receita via Parcela de Ajuste na comparação dos períodos.

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	844,6	801,5	5,4%	3.216,9	3.176,7	1,3%
Controladora	784,8	743,2	5,6%	2.996,1	2.969,1	0,9%
Receita de O&M	228,6	218,8	4,5%	896,9	857,3	4,6%
Receita de Novos Investimentos	82,5	69,6	18,5%	316,1	243,8	29,7%
PA, PV e Antecipação	11,1	12,1	(8,3%)	(18,1)	(46,2)	(60,8%)
RBSE	415,5	397,0	4,7%	1.624,8	1.785,4	(9,0%)
Encargos Regulatórios	47,2	45,8	3,1%	176,3	128,8	36,9%
Controladas	59,8	58,3	2,5%	220,8	207,6	6,4%
Outras	7,9	6,8	17,1%	32,5	26,8	21,2%
Receita Bruta	852,5	808,2	5,5%	3.249,4	3.203,5	1,4%
Deduções	(123,0)	(118,5)	3,8%	(474,8)	(436,2)	8,8%
Receita Líquida	729,5	689,7	5,8%	2.774,6	2.767,3	0,3%

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização) e atingiram R\$ 123,0 milhões no 4T19, aumento de 3,8% em relação ao 4T18. Em 2019 as deduções totalizaram R\$ 474,8 milhões, com crescimento de 8,8%, em função do aumento da receita com o encargo do CDE a partir do 2º semestre de 2018, explicado pelo maior número de consumidores livres no portfólio da Companhia na comparação dos períodos. Vale ressaltar que este efeito é neutralizado quando este montante é repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") via deduções.



Com isso, a receita líquida totalizou R\$ 729,5 milhões no 4T19 (+5,8% vs. 4T18) e R\$ 2,8 bilhões em 2019 (+0,3% vs. 2018).

Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Pessoal	(79,8)	(84,1)	-5,2%	(336,5)	(321,0)	4,8%
Materiais	(3,4)	(5,5)	-37,9%	(14,1)	(15,3)	-7,6%
Serviços	(36,2)	(50,2)	-27,9%	(162,0)	(136,5)	18,7%
Contingências	15,5	1,0	1420,7%	11,0	14,7	(24,7%)
Outros	(29,0)	(27,0)	7,4%	(81,6)	(65,2)	25,1%
Sub -Total	(132,8)	(165,8)	-19,9%	(583,2)	(523,3)	11,4%
Depreciação	(142,1)	(145,0)	(2,0%)	(575,6)	(579,0)	(0,6%)
Total	(275,0)	(310,7)	-11,5%	(1.158,7)	(1.102,3)	5,1%

Os custos e despesas de O&M, ex-depreciação, totalizaram R\$ 132,8 milhões no 4T19 redução de 19,9% vs. 4T18. Essa variação reflete:

- (i) melhor resultado de contingências devido à baixa de provisão na revisão de processos trabalhistas;
- (ii) menor despesas com serviços, principalmente advocatícios;
- (iii) redução na linha de pessoal como resultado de maiores gastos no 4T18 referentes principalmente aos benefícios com previdência privada.

Em 2019 os custos e despesas de O&M, ex-depreciação, foram de R\$ 583,2 milhões, aumento de 11,4% vs. 2018. A variação pode ser explicada:

- (i) pelas maiores despesas com serviços de manutenção de rede e honorários advocatícios (não recorrentes);
- (ii) pelo aumento na linha de outros devido ao menor gasto (não recorrente) com IPTU em 2018, com a negociação da alíquota aplicada nos anos de 2007 e 2008 pela Prefeitura de São José dos Campos;
- (iii) pelo aumento dos gastos com pessoal decorrente do acordo coletivo que incidiu a partir de junho/19 e de indenizações trabalhistas.

Os custos e despesas de O&M totais do 4T19 atingiram R\$ 275,0 milhões (-11,5% vs. 4T18). No ano de 2019, o montante atingiu R\$ 1.158,7 milhões (+5,1% vs. 2018). A depreciação manteve-se em linha em ambos os períodos.

Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 4T19 registrou receita de R\$ 26,5 milhões, aumento de R\$ 19,2 milhões vs. 4T18. No ano de 2019, o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$ 69,9 milhões, aumento de R\$ 23,7 milhões em relação a 2018.

Ambas as variações podem ser explicadas, principalmente, pelo maior resultado da IE Madeira em 2019. No trimestre o principal impacto foi a redução das despesas na comparação dos períodos, em função da contabilização da baixa do eletrodo de terra no 4T18, no montante de R\$ 11 milhões, decorrente da substituição do equipamento. A variação também é explicada pelo aumento da receita no 4T19, já que que durante todo o trimestre, a IE Madeira estava com

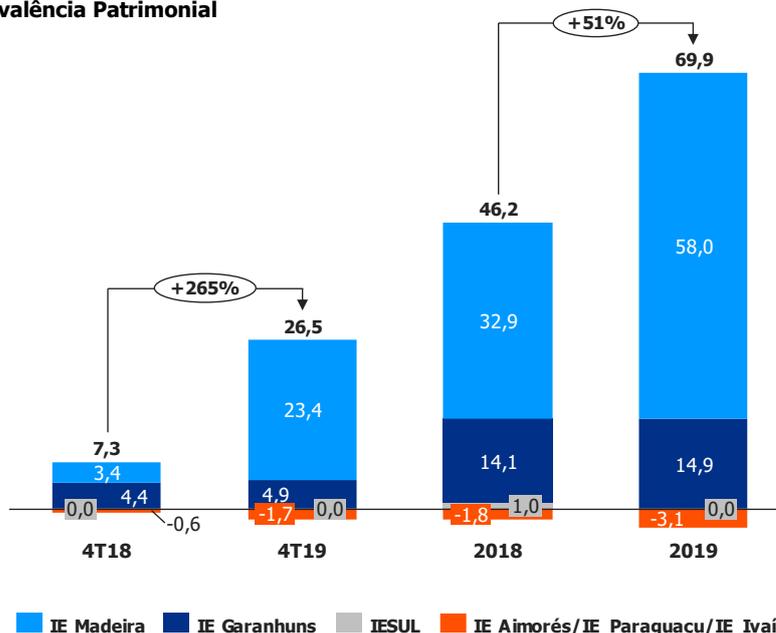


direito ao recebimento integral da RAP, operando sem pendências impeditivas, já que obteve Termo de Liberação Definitivo ("TLD") do ONS em setembro de 2019 para as estações conversoras do bipolo 2 do Complexo do Madeira.

No ano a variação é decorrente do menor impacto negativo da Parcela de Ajuste no reajuste do ciclo RAP (-R\$ 63 milhões no ciclo 2018/2019 vs. -R\$ 20 milhões no ciclo 2019/2020). A menor despesa financeira em 2019 também contribuiu para o melhor resultado, explicado pelo menor IPCA no período na comparação com 2018 (indexador das debêntures).

A IE Sul passou a ter seus resultados consolidados integralmente nos da Companhia a partir de setembro de 2018. Nas subsidiárias pré-operacionais (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí), o resultado é explicado pelas despesas administrativas na fase atual de construção dos projetos.

Resultado de Equivalência Patrimonial
(R\$ milhões)



EBITDA e Margem

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Lucro líquido	349,6	450,7	(22,4%)	1.238,7	1.289,9	(4,0%)
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	83,3	(103,4)	(180,6%)	251,3	273,0	(8,0%)
Resultado financeiro líquido	47,0	31,9	47,3%	186,0	142,2	30,8%
Depreciações e amortizações	142,7	145,6	(2,0%)	578,0	581,4	(0,6%)
EBITDA ICVM nº 527/12	622,6	524,8	18,6%	2.253,9	2.286,5	(1,4%)
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	66,4	55,5	19,6%	234,3	235,0	(0,3%)
Equivalência Patrimonial	(26,5)	(7,3)	265,1%	(69,9)	(46,2)	51,4%
Custos e despesas não recorrentes ¹	8,4	(2,5)	(436,0%)	32,6	(20,2)	(261,2%)
EBITDA Ajustado	670,9	570,6	17,6%	2.450,9	2.455,2	(0,2%)
Margem EBITDA Ajustado	83,3%	74,7%	8,6 p.p.	80,2%	80,7%	(0,6) p.p.
RBSE	(372,0)	(344,5)	8,0%	(1.433,0)	(1.588,8)	(9,8%)
EBITDA Ajustado ex-RBSE	298,9	226,0	32,3%	1.017,9	866,4	17,5%
Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE	69,0%	54,0%	15,1 p.p.	62,6%	59,6%	3,0 p.p.

¹ Ressarcimento de IPTU, despesas com leilão, provisões, aquisições, honorários advocatícios, entre outros



Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 670,9 milhões no 4T19, aumento de R\$ 100,3 milhões na comparação com o 4T18, em função da variação positiva do IPCA na receita, da entrada em operação de novos projetos (reforços e melhorias), e de menores custos e despesas operacionais na comparação dos períodos, conforme acima.

Em 2019, o EBITDA totalizou R\$ 2,5 bilhões, praticamente estável quando comparado a 2018.

O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 47,0 milhões no 4T19 e de R\$ 186,0 milhões em 2019, aumento de 47,3% e 30,8% na comparação com os mesmos períodos de 2018, respectivamente. As variações são explicadas:

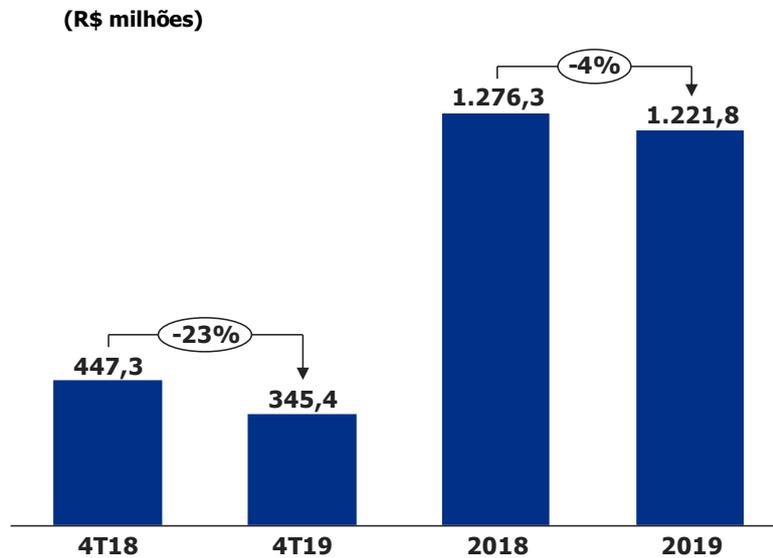
- (i) pelo aumento de despesas na linha de operação *swap*, em função do reconhecimento das captações nos termos da Lei 4.131;
- (ii) pelo menor rendimento de aplicações financeiras, em decorrência da queda do CDI e do menor saldo aplicado; parcialmente compensados;
- (iii) pelos menores juros e encargos sobre empréstimos em decorrência da queda da TJLP e do CDI; e
- (iv) pela redução de despesas com variações monetárias em função da redução de IPCA e TJLP

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Rendimento de aplicação financeira	13,1	26,0	-49,7%	65,7	74,5	-11,8%
Variações monetárias líquidas	(7,4)	(10,5)	-30,0%	(46,4)	(46,9)	-1,2%
Juros Ativos e Passivos	(0,7)	(0,6)	20,4%	(2,1)	(2,3)	-8,3%
Juros e encargos sobre empréstimos	(35,5)	(39,5)	-10,2%	(145,0)	(146,4)	-1,0%
Operação Swap	(11,1)	(10,9)	1,8%	(48,6)	(23,3)	108,7%
Outras	(5,4)	3,6	-249,4%	(9,7)	2,2	-532,4%
Total	(47,0)	(31,9)	47,3%	(186,0)	(142,2)	30,8%



Lucro Líquido¹

Pelos fatores apresentados acima, o lucro líquido atingiu R\$ 345,4 milhões no 4T19 e R\$ 1.221,8 milhões em 2019.



¹Ajustado pela participação do acionista não controlador

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

A Companhia e suas controladas adotaram os novos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC nº 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Como consequência da aplicação do CPC nº 47, todas as concessões da Companhia e suas controladas foram classificadas como ativo contratual, em que o fluxo de recebimentos (RAP) é remunerado por uma taxa de desconto que contempla os riscos e prêmios do setor e que passa a ser estabelecido no início de cada projeto e atualizado pelo IPCA/IGPM. Para os ativos em fase de obras, a receita de infraestrutura estabelecida é suficiente para cobrir gastos incorridos e encargos para a implementação do projeto. Eventuais variações em relação à rentabilidade do projeto passam a ser reconhecidas no resultado no início de operação.

O ativo financeiro da RBSE, até então classificado como ativo financeiro ao custo amortizado, passou a ser mensurado a valor justo com a aplicação do CPC nº 48.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:



DRE Consolidada (R\$ milhões)	IFRS	Regulatório	Variação	IFRS	Regulatório	Variação
IFRS vs. Regulatório	4T19	4T19		2019	2019	
Receita Operacional Bruta	992	852	-140	3.789	3.249	-539
Receita de O&M ¹	298	298	0	1.109	1.109	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) ²	0	132	132	0	484	484
Receita RBSE	220	415	196	1.012	1.625	613
Implementação de infraestrutura	181	0	-181	577	0	-577
Remuneração do ativo da concessão	134	0	-134	545	0	-545
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	152	0	-152	515	0	-515
Outras receitas	8	8	0	32	32	0
Deduções	-116	-123	-7	-484	-475	9
Receita Operacional Líquida	876	729	-147	3.305	2.775	-531
Custos de Construção	-170	0	170	-548	0	548
Custos de O&M e Despesas Gerais	-135	-133	2	-579	-583	-4
Depreciação	-5	-142	-138	-20	-576	-556
Resultado do Serviço	566	454	-112	2.158	1.616	-542
Equivalência Patrimonial	50	27	-24	180	70	-110
Outras receitas (despesas) operacionais	0	-1	-1	4	-10	-13
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	616	480	-136	2.341	1.676	-665
Resultado Financeiro	-46	-47	-1	-185	-186	-1
IR & CSLL	-50	-83	-33	-376	-251	125
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	520	350	-195	1.779	1.239	-541
Participação do acionista não controlador	-4	-4	0	-17	-17	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	516	345	-170	1.763	1.222	-541

¹Contempla RAP de O&M, PA, PV, Antecipações e Encargos Regulatórios da Controladora e Controladas

²Contempla Receita de CAAE de Controladora e Controladas

Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada em 2019 totalizou 17% no IFRS e no Regulatório, explicada principalmente pelo benefício fiscal do JCP.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 3.243,9 milhões, aumento de R\$ 228,9 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função de novas captações (8ª emissão de debêntures e desembolsos BNDES) para investimentos em projetos de crescimento (*greenfield* e reforços e melhorias), parcialmente compensadas pelas amortizações no período.

Em função do CPC 06 (R2), que estabelece que a partir de janeiro de 2019, a Companhia reconheça para todos os contratos de arrendamento, os passivos para pagamentos futuros com exceção a contratos de curto prazo e/ou baixo



valor, foram adicionados R\$ 49,9 milhões à dívida bruta do IFRS referente aos arrendamentos que a Companhia possui. Desta forma, a dívida bruta do IFRS totalizou R\$ 3.293,8 milhões. A contabilidade regulatória não foi alterada.

O aumento nas disponibilidades da Companhia é explicado principalmente pela 1ª emissão de debêntures da IE Ivaí, no valor de R\$ 1,65 bilhão, para a realização do CapEx do projeto. Considerando a exclusão das disponibilidades das controladas em conjunto, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 2.546,6 milhões ao final de dezembro de 2019 vs. R\$ 2.548,2 milhões em dezembro de 2018 e a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,0x em dezembro de 2019.

Empréstimos e Financiamentos			
R\$ (milhões)	31/12/2019	31/12/2018	Var (%)
Dívida Bruta	3.243,9	3.015,0	7,6%
Curto Prazo	1.077,4	357,8	201,1%
Longo Prazo	2.166,4	2.657,2	-18,5%
Disponibilidades Consolidadas	2.664,6	697,6	281,9%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	697,3	466,8	49,4%
Disponibilidades Controladas em Conjunto ¹	1.967,3	230,9	752,1%
Dívida Líquida²	2.546,6	2.548,2	-0,1%

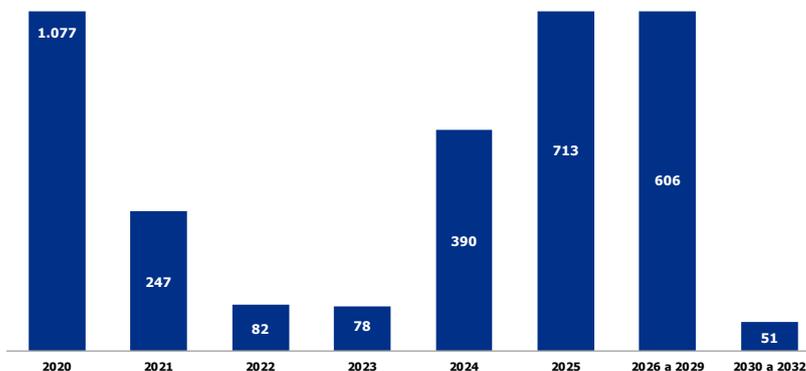
¹Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados

² Dívida líquida considera disponibilidades ISA CTEEP e Controladas

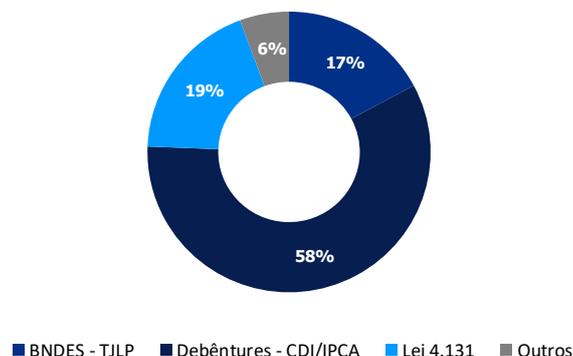
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 7,5% a.a. em 31 de dezembro de 2019 vs. 7,9% a.a. em 31 de dezembro de 2018, em função da queda do IPCA entre os períodos. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2019 era de 4,0 anos.

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação
31/12/2019



No ano de 2020, contam vencimentos de dívida no montante de R\$ 1,1 bilhão, compostos, principalmente, por dívidas nos termos da Lei no 4.131/62 e pela 6ª emissão de debêntures.



INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 289,5 milhões no 4T19, aumento de R\$ 201,5 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Essa variação é explicada, principalmente pelo aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais com o avanço das obras, em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos e pelo maior nível de investimentos em reforços e melhorias. Os investimentos não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL. Em 2019 os investimentos totalizaram R\$ 770,8 milhões.

Investimentos (R\$ milhões)	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Reforços/Melhorias	60,8	33,9	79,2%	133,1	142,4	-6,6%
Projetos Greenfield	228,7	54,0	323,4%	637,8	219,2	191,0%
Total	289,5	88,0	229,2%	770,8	361,6	113,1%

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS). Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em junho de 2018, a administração informou a prática de proventos com proposta de distribuição de no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

A Companhia distribuiu o montante de R\$ 995,3 milhões em proventos referentes ao exercício social de 2019, equivalentes a um *payout* de 81% do lucro líquido regulatório com *yield* de 7%.

MERCADO DE CAPITAIS

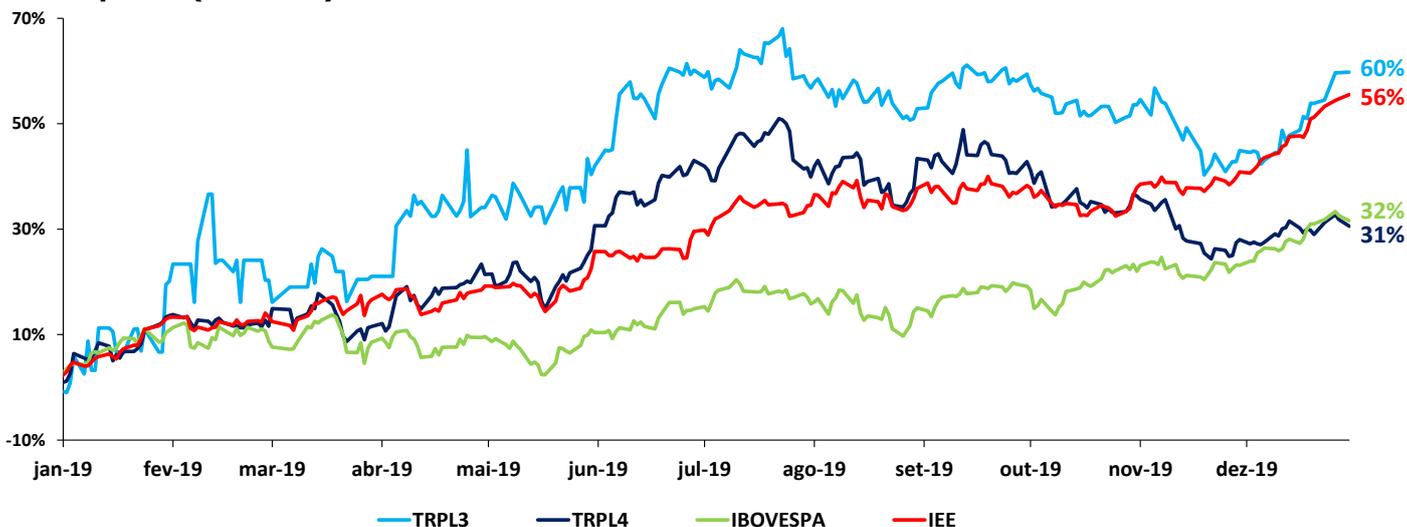
A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o 4T19 cotadas a R\$ 27,52 e R\$ 22,58, respectivamente. Em 22 de julho de 2019 a TRPL4 atingiu sua cotação histórica recorde de R\$ 26,11. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 16 bilhões.

No ano de 2019, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram valorização de 31%. O volume médio diário de negociação na B3 foi de R\$ 34,1 milhões em 2019, 27% acima daquele verificado em 2018 (R\$ 26,9 milhões). A média diária de negociações foi de 4,8 mil negócios por dia, 109% acima dos 2,3 mil registrados no ano anterior.



Desempenho (base 100)



EVENTOS DO PERÍODO

Alterações de Diretoria

Em novembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Rui Chammas como novo Presidente, em substituição ao Sr. César Ramirez, CEO da ISA CTEEP, que ocupou o cargo interinamente desde 1º de agosto de 2018. O Sr. Chammas tomou posse em janeiro de 2020 acumulando interinamente a posição de Diretor de Projetos.

Ainda em novembro o Sr. Rafael Falcão Noda, que ocupava o cargo de Diretor de Relações Institucionais, deixou a Companhia. O Sr. Carlos Ribeiro, Diretor Técnico da Companhia, acumulou interinamente a posição.

Em dezembro o Sr. Weberson Eduardo Guioto Abreu, Diretor de Projetos, deixou a Companhia.

Liminar da ABRACE

Em novembro de 2019 foram indeferidas, por sentença do juiz federal da 5ª Vara Civil do Distrito Federal, os pedidos da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres – ABRACE e de outras outras associações, no âmbito do processo judicial promovido por estas em face da União e da ANEEL, visando a suspensão do pagamento da remuneração sobre a receita do componente financeira do RBSE, utilizando o custo de capital (ke).

Com a cassação, a Companhia entende que os valores a serem pagos a título de RBSE pelos representados destas associações, deverão ser recalculados, a fim de incluir a parcela prevista ao pagamento.

Obtenção de Licenças de Instalação da IE Ivaí

Em dezembro de 2019 a Companhia obteve as Licenças de Instalação ("LI") referentes às linhas de transmissão de 525 kV Foz de Iguaçu – Guaíra e 525 kV Guaíra-Sarandi da IE Ivaí, expedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná ("IAP"). A Companhia possui todas as LI's necessárias para a execução do projeto.

Conclusão da 1ª Emissão de Debêntures Simples da IE Ivaí

Em dezembro de 2019 foi concluída a captação de recursos de longo prazo da IE Ivaí por meio da 1ª Emissão de Debêntures Simples no valor de R\$ 1,65 bilhão com vencimento em 15 de dezembro de 2043 e remuneração de IPCA + 4,9982% ao ano.

Conclusão da 8ª Emissão de Debêntures

Em dezembro de 2019 a Companhia concluiu a captação de recursos através de sua 8ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 409 milhões, com vencimento em 2029. O montante será atualizado monetariamente pela variação do IPCA. Sobre o montante atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 3,50% ao ano, base



252, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, desde a primeira data de subscrição e integralização, até a data de seu efetivo pagamento. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e de dezembro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de junho de 2020 e, o último pagamento, na data de vencimento das debêntures, em 15 de dezembro de 2029.

Leilão de Transmissão 02/2019

Em dezembro de 2019 a Companhia arrematou 3 lotes no Leilão 02/2019 da ANEEL, que adicionarão 379 km de linhas e 4.291 MVA de potência com investimento ANEEL de R\$ 1,3 bilhão e RAP de R\$ 76 milhões.

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência 4T19/2019

05.03.2020

10h00 (BRT) / 08h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 4210-1803 / +55 11 3181-8565

Outros Países: +1 412 717-9627

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isacteep.com.br/ri

Assembleia Geral Ordinária

16.04.2020

A Assembleia adotará o voto à distância.

A Companhia disponibilizará as demais informações relacionadas ao evento, nos termos da legislação aplicável.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e da RBSE.



Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações da RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.

O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, no qual a RAP também foi atualizada pelo IPCA. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo 9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$ 347 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela, a Companhia continua não recebendo a remuneração do componente financeiro.

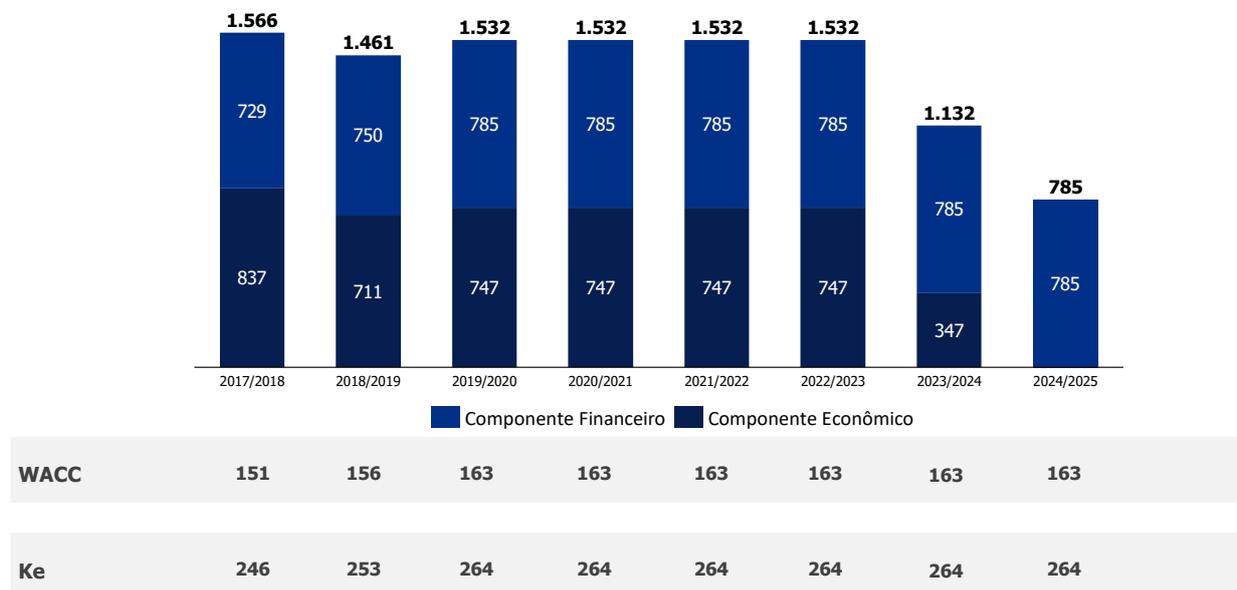
No legislativo, foi criado o Projeto de Lei 4.636/2019, com o objetivo de definir a correção monetária referente aos ativos da RBSE, propondo como taxa o custo médio ponderado de capital definido pela ANEEL ("WACC") no lugar do custo de capital próprio ("Ke"). Este projeto foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia em 2 de outubro de 2019. Para completa aprovação e início de vigência, este projeto ainda deve tramitar em outras comissões da Câmara e do Senado.

A partir de novembro/19 o judiciário passou a julgar improcedente alguns processos, que motivaram a exclusão do Ke do componente financeiro, conseqüentemente ficaram sem efeito as respectivas liminares. Contudo, cabe dizer que existem outras liminares de mesmo conteúdo que ainda estão vigentes em outros processos judiciais.

Atualmente, o fluxo de recebimento da RBSE da Companhia, conforme divulgado pela ANEEL, pode ser verificado em azul abaixo, em valores líquidos de PIS/COFINS. Em cinza, estão os potenciais fluxos de remuneração do componente financeiro: Ke (portaria 120) ou WACC (PL 4636).



Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408) e 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base na REH ANEEL nº 2.565. WACC regulatório de 6,64% que será atualizado na revisão tarifária. Base de ativos está sujeita à baixas no processo de revisão tarifária.

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal ("STF"), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento nos moldes anteriores. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF. A SEFAZ e FUNCESP também recorreram reforçando a necessidade de aplicação do teto e do desconto previdenciário sob pena de causar prejuízo ao erário Paulista.



Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril de 2019.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.



ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	595.971	16.740
Aplicações financeiras	2.068.611	680.909
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	256.674	270.923
Estoques	14.942	20.365
Serviços em Curso	28.705	14.879
Tributos e contribuições a compensar	32.335	29.521
Instrumentos financeiros derivativos	19.202	0
Créditos com partes relacionadas	703	323
Despesas pagas antecipadamente	4.677	8.384
Caixa restrito	1.876	1.787
Outros	41.131	48.818
	3.064.827	1.092.649
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	46.515	42.268
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	10.679	10.575
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.576.332	1.426.083
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	242	0
Cauções e Depósitos Vinculados	52.886	66.987
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	105.444
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.643
Outros	1.440	1.476
	1.731.118	1.655.476
Investimentos	1.390.300	1.150.275
Imobilizado	7.156.235	7.095.933
Intangível	306.071	295.698
	8.852.606	8.541.906
	10.583.724	10.197.382
Total do Ativo	13.648.551	11.290.031



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	709.928	334.067
Debêntures	367.508	23.707
Arrendamento	282	0
Fornecedores	167.774	88.358
Tributos e Encargos sociais a recolher	92.106	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	48.336	40.262
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	102.079	7.835
Provisões	33.341	37.047
Valores a Pagar - Funesp	2.173	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	80.152	34.310
	1.606.159	626.698
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	637.448	1.215.689
Debêntures	1.528.971	1.441.504
Arrendamento	101	0
Instrumentos financeiros derivativos	135	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	686.732	735.689
Encargos Regulatórios a recolher	41.236	35.925
Provisões	62.367	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	16.612	19.093
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	351.904	332.930
Outros	35.652	33.078
	3.361.158	3.904.616
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	1.192.075	760.451
Reserva de Reavaliação	1.899.994	2.103.510
Outros Resultados Abrangentes	31.191	73.192
Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
	6.713.946	6.527.839
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	1.967.288	230.878
	8.681.234	6.758.717
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	13.648.551	11.290.031



Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Receita Operacional Bruta	852.480	808.236	5,5%	3.249.402	3.203.532	1,4%
Receita de Uso da Rede Elétrica	844.689	801.395	5,4%	3.217.554	3.176.627	1,3%
Outras Receitas	7.791	6.841	13,9%	31.848	26.905	18,4%
Deduções à Receita Operacional	(123.020)	(118.540)	3,8%	(474.839)	(436.241)	8,8%
Receita Operacional Líquida	729.460	689.696	5,8%	2.774.563	2.767.291	0,3%
Custos e Despesas Operacionais	(274.963)	(310.724)	(11,5%)	(1.158.749)	(1.102.296)	5,1%
Pessoal	(79.759)	(84.104)	(5,2%)	(336.495)	(320.961)	4,8%
Material	(3.392)	(5.460)	(37,9%)	(14.139)	(15.310)	(7,6%)
Serviços	(36.223)	(50.225)	(27,9%)	(162.030)	(136.525)	18,7%
Depreciação	(142.114)	(144.958)	(2,0%)	(575.557)	(578.973)	(0,6%)
Outros	(13.475)	(25.977)	(48,1%)	(70.528)	(50.527)	39,6%
Resultado do Serviço	454.497	378.972	19,9%	1.615.814	1.664.995	(3,0%)
Resultado Financeiro	(46.970)	(31.898)	47,3%	(186.022)	(142.214)	30,8%
Rendimento de Aplicações Financeiras	13.050	25.950	(49,7%)	65.745	74.512	(11,8%)
Resultado da Variação Monetária Líquida	(7.350)	(10.500)	(30,0%)	(46.360)	(46.936)	(1,2%)
Juros Ativo/Passivos	(667)	(554)	20,4%	(2.120)	(2.313)	(8,3%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(35.479)	(39.491)	(10,2%)	(144.999)	(146.429)	(1,0%)
Outras	(16.524)	(7.303)	126,3%	(58.288)	(21.048)	176,9%
Resultado Operacional	407.527	347.074	17,4%	1.429.792	1.522.781	(6,1%)
Equivalência Patrimonial	26.543	7.270	265,1%	69.900	46.161	51,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.136)	(6.993)	(83,8%)	(9.784)	(6.054)	61,6%
Resultado Anterior aos Tributos	432.934	347.351	24,6%	1.489.908	1.562.888	(4,7%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(83.303)	103.386	(180,6%)	(251.258)	(273.000)	(8,0%)
Corrente	(34.509)	89.697	(138,5%)	(276.796)	(407.423)	(32,1%)
Diferido	(48.794)	13.689	(456,4%)	25.538	134.423	(81,0%)
Lucro/Prejuízo Consolidado	349.631	450.737	(22,4%)	1.238.650	1.289.888	(4,0%)
Participação do Acionista não Controlador	(4.232)	(3.413)	100,0%	(16.820)	(13.577)	100,0%
Lucro/Prejuízo	345.399	447.324	(22,8%)	1.221.830	1.276.311	(4,3%)



Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.948.742	1.888.922
Lucro Líquido do exercício	1.238.650	1.289.888
Depreciação e amortização	575.557	578.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.538)	(134.422)
Demandas judiciais	(13.940)	(27.070)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	21.894	38.193
Benefício fiscal – ágio incorporado	36	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	2.390	2.390
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.966)	(2.093)
Resultado de aquisição de controle	0	2.785
Resultado de equivalência patrimonial	(69.900)	(46.161)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	221.559	186.416
(Aumento) diminuição de ativos	(124.023)	(121.555)
Caixa restrito	(4.336)	(5.494)
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	14.144	27.411
Estoques	5.423	(1.534)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(150.249)	(113.292)
Tributos e contribuições a compensar	(2.814)	(14.546)
Despesas pagas antecipadamente	3.707	(3.765)
Cauções e depósitos vinculados	16.328	4.478
Serviços em curso	(13.826)	(10.438)
Crédito com controladas	(8.863)	580
Outros	16.463	(4.955)
Aumento (diminuição) de passivos	180.114	(91.230)
Fornecedores	79.161	15.212
Tributos e encargos sociais a recolher	37.762	(36.585)
Obrigações trabalhistas	(3.706)	656
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	10.675	2.355
Provisões	(22.033)	(13.142)
Valores a pagar Funcesp	(2.077)	2.194
Reserva Global de Reversão	(2.481)	(2.480)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	36.733	0
Outros	46.080	(1.294)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.004.833	1.676.137
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(508.948)	(464.473)
Aplicações financeiras	348.708	(54.966)
Imobilizado	(687.532)	(369.545)
Investimentos	(185.000)	(51.381)
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	3.667
Dividendos recebidos	14.876	7.752
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(916.654)	(1.201.509)
Adições de empréstimos	509.515	1.431.606
Pagamentos de empréstimos (principal)	(337.234)	(453.451)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(169.700)	(119.888)
Transações com acionistas não controladores	(16.820)	(13.577)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.701)	18.059
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(900.714)	(2.064.258)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	579.231	10.155
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	595.971	16.740
Variação em caixa e equivalentes de caixa	579.231	10.155



Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Receita Operacional Bruta	145,2	140,5	3,3%	546,8	512,6	6,7%
Deduções à receita operacional	(19,2)	(18,9)	1,3%	(73,0)	(75,2)	(2,8%)
Receita operacional líquida	126,0	121,6	3,6%	473,7	437,4	8,3%
Custos e Despesas	(12,6)	(30,7)	(59,0%)	(74,7)	(51,5)	45,0%
Depreciação e Amortização	(33,9)	(33,9)	(0,1%)	(135,5)	(136,2)	(0,5%)
Resultado do Serviço	79,6	57,0	39,5%	263,6	249,8	5,5%
Resultado Financeiro	(41,4)	(39,2)	5,8%	(149,5)	(172,3)	(13,2%)
Outras Receitas e Despesas	0,1	(21,9)	(100,6%)	(0,0)	(21,9)	0,0%
Lucro antes do IR & CSLL	38,3	(4,1)	(1034,3%)	114,0	55,6	105,3%
IR & CSLL*	7,6	10,9	(30,2%)	(0,3)	8,9	(103,4%)
Lucro líquido	45,8	6,8	578,0%	113,7	64,5	76,4%
Participação ISA CTEEP (51%)	23,4	3,4	578,0%	58,0	32,9	76,4%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Receita Operacional Bruta	26,2	26,3	(0,4%)	95,5	97,4	(1,9%)
Deduções à receita operacional	(3,8)	(3,3)	15,4%	(13,8)	(12,8)	8,0%
Receita operacional líquida	22,4	23,0	(2,7%)	81,7	84,6	(3,4%)
Custos e Despesas	(3,6)	(3,7)	(3,1%)	(15,3)	(14,7)	3,8%
Depreciação e Amortização	(6,3)	(6,2)	0,8%	(25,0)	(24,8)	0,5%
Resultado do Serviço	12,5	13,0	(4,3%)	41,5	45,0	(7,9%)
Resultado Financeiro	(3,6)	(4,0)	(10,8%)	(14,5)	(16,0)	(9,2%)
Outras Receitas e Despesas	8,0	0,0	-	8,0	0,0	-
Lucro antes do IR & CSLL	16,9	9,0	87,0%	34,9	29,0	20,2%
IR & CSLL*	(7,3)	(0,4)	1586,0%	(5,6)	(1,5)	279,6%
Lucro líquido	9,5	8,6	11,3%	29,3	27,6	6,3%
Participação ISA CTEEP (51%)	4,9	4,4	11,3%	14,9	14,1	6,3%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.



Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	31/12/2019	31/12/2018
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	178,2	196,7
	3,50% a.a.	15/01/24	41,7	51,8
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	234,1	151,0
Debêntures - CTEEP				
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%	15/07/21	168,5	162,3
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04%	15/02/24	336,9	325,0
6ª Emissão - Série única	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	350,4	350,3
7ª Emissão - Série única	IPCA + 4,70%	15/04/25	651,0	627,5
8ª Emissão - Série única	IPCA + 3,50%	15/12/29	389,6	-
Outros - CTEEP				
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	306,1	293,9
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	302,4	292,0
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	-	233,1
Finame PSI	6,0% a.a.	18/11/19	-	2,1
Eletronbras	8,0% a.a.	15/11/21	-	0,1
Arrendamento Mercantil	0,6% a.m.	30/11/20	-	0,5
Total Dívida Bruta CTEEP			2.959,0	2.686,5
Fontes	Encargos	Vencimentos	31/12/2019	31/12/2018
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	4,5	5,0
	3,5% a.a.	15/04/23	6,0	7,8
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	23,3	27,0
	5,5% a.a.	15/01/21	10,9	20,9
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	24,7	28,5
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	21,4	24,7
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	17,6	22,8
	5,5% a.a.	15/01/21	1,2	2,3
IE SUL	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	4,1	4,9
	3,0% a.a.	15/04/23	4,0	5,2
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	6,8	7,6
IE NNE	10,0% a.a.	19/05/30	160,3	171,7
Total Dívida Bruta Subsidiária			284,9	328,5
Total Dívida Bruta Consolidado			3.243,8	3.015,0



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão) (apuração trimestral)		Debêntures Simples (apuração trimestral)		Crédito Internacional - Lei 4.131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/12/2019	2.461	Dívida Líquida 31/12/2019	629	Dívida Líquida 31/12/2019	629	Dívida Líquida 31/12/2019	629
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.414	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.180	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.178	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.180
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2019	1,02	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2019	0,29	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2019	0,29	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2019	0,29
Patrimônio Líquido 31/12/2019	12.775	Resultado Financeiro 31/12/2019	185	Resultado Financeiro 31/12/2019	163	Despesa com juros líquida 31/12/2019	185
Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL 31/12/2019	0,16	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/12/2019	11,77	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/12/2019	13,36	EBITDA Ajustado / Despesa com juros líquida 31/12/2019	11,77

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,00$.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,00$.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$.

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$.



Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 31/12/2019
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	239,0	468,6
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	525,2	1.029,8
	BNDES	TJLP	15/02/2030	2,0	4,0
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	44,8	87,8
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	141,5	277,4
Dívida Bruta				952,5	1.867,6
Disponibilidades				140,9	276,3
Dívida Líquida				811,6	1.591,3
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	80,7	158,1
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	30,9	60,6
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,6	1,2
Dívida Bruta				112,2	219,9
Disponibilidades				9,4	18,5
Dívida Líquida				102,7	201,4
IE IVAÍ 50% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,0% a.a.	15/12/2043	783,3	1.566,5
	Dívida Bruta			783,3	1.566,5
	Disponibilidades			835,1	1.670,2
	Dívida Líquida			(51,8)	(103,7)
TOTAL Dívida Bruta				1.847,9	3.654,0
TOTAL Dívida Líquida				862,5	1.689,1

**Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS**

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	595.971	16.740
Aplicações Financeiras	2.068.611	680.909
Ativo de concessão	2.061.882	2.086.298
Estoques	103.818	39.173
Tributos e contribuições a compensar	32.335	29.521
Instrumentos financeiros derivativos	19.202	0
Créditos com partes relacionadas	703	323
Despesas pagas antecipadamente	4.677	8.384
Caixa restrito	1.876	1.787
Outros	44.373	36.509
	4.933.448	2.899.644
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	46.515	42.268
Ativo de concessão	12.599.151	12.047.558
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.576.332	1.426.083
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.144	9.037
Cauções e depósitos vinculados	52.886	66.987
Estoques	13.006	13.551
Benefício à empregado - Superávit atuarial	43.024	105.444
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.643
Outros	24.011	25.236
	14.356.069	13.738.807
Investimentos	2.198.004	1.848.092
Imobilizado	86.377	25.539
Intangível	25.196	30.142
	2.309.577	1.903.773
	16.665.646	15.642.580
Total do Ativo	21.599.094	18.542.224



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	709.928	334.067
Debêntures	367.508	23.707
Arrendamento	9.948	0
Fornecedores	167.774	88.358
Tributos e encargos sociais a recolher	92.106	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	48.336	40.262
JCP e dividendos a pagar	102.079	7.835
Obrigações trabalhistas	33.341	37.047
Valores a Pagar - Funcesp	2.173	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	80.152	34.310
	1.615.825	626.698
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	637.448	1.215.689
Debêntures	1.528.971	1.441.504
Arrendamento	39.948	0
Instrumentos financeiros derivativos	135	0
PIS e COFINS Diferidos	1.185.323	1.176.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.673.970	2.603.438
Encargos Regulatórios a recolher	41.236	35.925
Provisões	62.367	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	16.612	19.093
Outros	35.652	33.078
	6.221.662	6.616.001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	8.172.442	7.404.769
Outros Resultados Abrangentes	31.191	73.192
Lucro/Prejuízo Acumulados	0	0
	11.794.319	11.068.647
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	1.967.288	230.878
	13.761.607	11.299.525
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	21.599.094	18.542.224



Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	4T19	4T18	Var (%)	2019	2018	Var (%)
Receita Operacional Bruta	992.191	1.108.302	(10,5%)	3.788.758	3.636.827	4,2%
Receita de Infraestrutura	180.685	113.024	59,9%	577.355	387.115	49,1%
Receita bruta de Operação e Manutenção	297.668	287.708	3,5%	1.108.520	1.042.534	6,3%
Remuneração dos ativos de concessão	506.047	700.729	(27,8%)	2.071.035	2.180.273	(5,0%)
Outras Receitas	7.791	6.841	13,9%	31.848	26.905	18,4%
Deduções à Receita Operacional	(115.950)	(136.874)	(15,3%)	(483.603)	(452.173)	7,0%
Receita Operacional Líquida	876.241	971.428	(9,8%)	3.305.155	3.184.654	3,8%
Custos e Despesas Operacionais	(309.897)	(275.125)	12,6%	(1.147.296)	(891.883)	28,6%
Pessoal	(82.017)	(87.689)	(6,5%)	(347.353)	(335.527)	3,5%
Material	(127.574)	(69.667)	83,1%	(388.296)	(250.528)	55,0%
Serviços	(82.129)	(90.811)	(9,6%)	(316.346)	(241.953)	30,7%
Depreciação	(4.547)	(2.486)	82,9%	(19.963)	(9.214)	116,7%
Outros	(13.630)	(24.472)	(44,3%)	(75.338)	(54.661)	37,8%
Resultado do Serviço	566.344	696.303	(18,7%)	2.157.859	2.292.771	(5,9%)
Resultado Financeiro	(46.421)	(31.898)	45,5%	(185.259)	(142.214)	30,3%
Rendimento de Aplicações Financeiras	13.050	25.950	(49,7%)	65.745	74.512	(11,8%)
Resultado da Variação Monetária Líquida	(7.350)	(10.500)	(30,0%)	(46.360)	(46.936)	(1,2%)
Juros Ativo/Passivos	(667)	(554)	20,4%	(2.120)	(2.313)	(8,3%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.423)	(39.491)	(7,8%)	(147.222)	(146.429)	0,5%
Outras	(15.031)	(7.303)	105,8%	(55.302)	(21.048)	162,7%
Resultado Operacional	519.923	664.405	(21,7%)	1.972.600	2.150.557	(8,3%)
Equivalência Patrimonial	50.120	63.830	(21,5%)	179.788	200.822	(10,5%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(107)	(14.980)	(99,3%)	3.525	(34.735)	(110,1%)
Resultado Anterior aos Tributos	569.936	713.255	(20,1%)	2.155.913	2.316.644	(6,9%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(49.976)	3.714	(1445,6%)	(376.462)	(421.399)	(10,7%)
Corrente	(34.509)	89.697	(138,5%)	(276.796)	(407.423)	(32,1%)
Diferido	(15.467)	(85.983)	(82,0%)	(99.666)	(13.976)	613,1%
EBITDA ICVM nº 527/12	621.536	748.271	(16,9%)	2.363.662	2.470.599	(4,3%)
Lucro/Prejuízo Consolidado	519.960	716.969	(27,5%)	1.779.451	1.895.245	(6,1%)
Participação do Acionista não Controlador	(4.232)	(3.413)	24,0%	(16.820)	(13.577)	23,9%
Lucro/Prejuízo	515.728	713.556	(27,7%)	1.762.631	1.881.668	(6,3%)



Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.940.756	1.873.707
Lucro Líquido do período	1.779.451	1.895.245
PIS e COFINS diferidos	8.757	(29.041)
Depreciação e amortização	19.963	9.214
Imposto de renda e contribuição social diferidos	99.666	13.976
Demandas judiciais	(13.940)	(27.070)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	2.402	599
Benefício fiscal – ágio incorporado	36	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	2.490	2.490
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.966)	(2.093)
Resultado de aquisição de controle	0	24.756
Resultado de equivalência patrimonial	(179.789)	(200.822)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	223.686	186.416
(Aumento) diminuição de ativos	(733.440)	(468.100)
Caixa restrito	(4.336)	(5.494)
Ativo de concessão	(525.212)	(341.920)
Estoques	(64.099)	21.949
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(150.249)	(113.292)
Tributos e contribuições a compensar	(2.814)	(14.546)
Despesas pagas antecipadamente	3.707	(3.765)
Cauções e depósitos vinculados	16.328	4.478
Crédito com controladas	(124)	580
Outros	(6.641)	(16.090)
Aumento (diminuição) de passivos	143.381	(91.230)
Fornecedores	79.161	15.212
Tributos e encargos sociais a recolher	37.762	(36.585)
Obrigações trabalhistas	(3.706)	656
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	10.675	2.355
Provisões	(22.033)	(13.142)
Valores a pagar Funcesp	(2.077)	2.194
Reserva Global de Reversão	(2.481)	(2.480)
Outros	46.080	(1.294)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.350.697	1.314.377
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	157.179	(102.713)
Aplicações financeiras	348.708	(54.966)
Imobilizado	(18.534)	(6.988)
Intangível	(2.871)	(797)
Investimentos	(185.000)	(51.381)
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	3.667
Dividendos recebidos	14.876	7.752
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(928.645)	(1.201.509)
Adições de empréstimos	509.325	1.430.910
Pagamentos de empréstimos (principal)	(336.849)	(453.080)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(169.721)	(119.901)
Adições Arrendamento Mercantil	0	696
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal)	(12.208)	(371)
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	43	13
Transações com acionistas não controladores	(16.820)	(13.577)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.701)	18.059
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(900.714)	(2.064.258)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	579.231	10.155
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	595.971	16.740
Variação em caixa e equivalentes de caixa	579.231	10.155



Anexo X – Reajuste Anual da RAP

Em 25 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.565 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (ciclo 2019/2020).

De acordo com a REH nº 2.565, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da controladora, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 2.579 milhões no ciclo 2019/2020, aumento de 7% em relação ao ciclo anterior (ciclo 2018/2019). A composição da RAP para esse ciclo pode ser explicada pela:

- i. correção monetária¹ do ciclo 2019/2020 (IPCA), no total de R\$ 114 milhões, que inclui a correção de R\$ 68 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- ii. entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias durante o Ciclo 2018/2019, que adicionou R\$ 63 milhões à RAP;
- iii. ajuste de R\$ 3 milhões na RBSE decorrente da correção no cálculo da linearização do componente econômico;
- iv. parcela de ajuste negativa de R\$ 55 milhões (vs. R\$ 31 milhões no ciclo 2018/2019) explicada, principalmente: pela devolução de antecipação da RAP de (-) R\$ 73 milhões, compensada parcialmente, pelo recebimento de melhorias de pequeno porte no montante de (+) R\$ 21 milhões.

A RAP e os valores correspondentes às subsidiárias 100% em operação, líquida de PIS e COFINS, totalizou R\$ 221 milhões no ciclo 2019/2020. A variação apresentada é explicada pela:

- i. correção monetária¹ do ciclo 2019/2020 (+R\$ 11 milhões);
- ii. entrada em operação de IE Itapura (Bauru) no 3T19, compensadas parcialmente
- iii. pela revisão tarifária das subsidiárias IE Pinheiros e IESUL (-5%); e
- iv. pela redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 da Serra do Japi, a partir de novembro de 2019, conforme contrato de concessão.

A RAP e os valores correspondentes à PA das coligadas IE Madeira e IE Garanhuns, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 584 milhões no ciclo 2018/2019 passou para R\$ 601 milhões no ciclo 2019/2020. Esse aumento de R\$ 17 milhões é explicado pela menor PA negativa no ciclo 2019/2020 (-R\$ 23 milhões vs. -R\$ 66 milhões no ciclo 2018/2019), correção monetária¹ do período, compensado parcialmente, pela revisão tarifária na subsidiária IE Madeira que reduziu as RAP's de seus dois contratos em -5%.

A Companhia apresentou recurso administrativo para que sejam mantidos os parâmetros praticados desde o momento da contratação, utilizando o WACC pós tributos como taxa para cálculo do custo de capital e que o WACC seja aplicado em um fluxo de caixa aderente ao percentual fixo de endividamento durante o período da concessão, conforme previsão contratual.

A ANEEL publicou despacho que declara sem efeito os valores da RAP homologada para a IE Madeira (REH 2556/19) para o ciclo 2019/2020, enquanto perdurar a decisão liminar e até a conclusão do processo administrativo. Desde agosto/19, está sendo aplicada a RAP definida para a IE Madeira para o ciclo 2018/2019 (R\$ 497 milhões, com PA), ou seja, sem correção monetária pelo IPCA.

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAP's para o ciclo 2019/2020 com os encargos regulatórios, líquidas de PIS e COFINS.

¹ O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2018 a maio de 2019 foram de 4,65% e 7,64%, respectivamente.



Concessionária R\$ milhões	Contrato	índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RBSE	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 ¹
Controladora			2.453	114	63	3	2.634	(55)	2.579	2.421
ISA CTEEP	059/2001	IPCA	991	46	63	0	1.101	(55)	1.046	960
ISA CTEEP - RBSE			1.461	68	0	3	1.533		1.533	1.461

Concessionária R\$ milhões	Contrato	índice	RAP	Inflação	Outros ¹	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 ¹
Controladas (100% ISA CTEEP)			231	12	(8)	(5)	230	(9)	221	212
IEMG	004/2007	IPCA	19	1	0	0	20	(1)	19	18
EVRECY	020/2008	IGP-M	12	1	0	0	13	(2)	10	7
	012/2008		12	1	0	(1)	11	(0)	11	11
	015/2008		37	2	0	(2)	37	(1)	35	35
IE PINHEIROS	018/2008	IPCA	6	0	0	(0)	6	(0)	6	6
	021/2011		6	0	0	0	6	(1)	5	2
	026/2009	IPCA	41	2	0	0	43	(1)	42	37
IE JAPI	143/2001	IGP-M	23	2	(8)	0	17	(1)	16	22
IE NNE	001/2008	IPCA	46	2	0	0	48	(2)	46	44
IE SUL	013/2008	IPCA	6	0	0	(1)	6	(0)	6	6
	016/2008		13	1	0	(1)	13	(1)	12	12
IE ITAPURA	042/2017	IPCA	11	1	0	0	12	0	12	11
Total Consolidado ISA CTEEP em Operação			2.684	126	56	(1)	2.864	(64)	2.800	2.633

¹Redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 (a partir de nov/19), como previsto contratualmente

Concessionária R\$ milhões	Contrato	índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 ¹
Coligadas em Operação			650	30	0	(56)	624	(23)	601	584
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	300	14	0	(30)	285	(12)	273	304
	015/2009		260	12	0	(26)	245	(8)	238	193
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	90	4	0	0	94	(3)	91	87

SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO

Concessionária R\$ milhões	Contrato	índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565		Ciclo 19/20	Ciclo 18/19 ¹
Controladas			222	10	0	0	233	0	233	222
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	50	2	0	0	52	0	52	50
IE TIBAGÍ	026/2017	IPCA	19	1	0	0	20	0	20	19
IE ITAQUERÊ	027/2017	IPCA	49	2	0	0	51	0	51	49
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	56	3	0	0	59	0	59	56
IE ITAPURA	021/2018	IPCA	10	0	0	0	11	0	11	10
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	38	2	0	0	40	0	40	38
Coligadas			468	22	0	0	491	0	491	468
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	113	5	0	0	118	0	118	113
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	76	4	0	0	79	0	79	76
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	279	13	0	0	294	0	294	279

¹ RAP ciclo 2018/2019 com PA

Os impactos contábeis e de caixa do reajuste anual da RAP foram percebidos no 3T19 com o início do faturamento com as novas receitas a partir de julho e a contabilização integral da parcela de ajuste no 3T19.